



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

PROCESSO Nº 059/2019

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO - CISABES**, por meio de seu Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, torna público que no dia **05 DE DEZEMBRO DE 2019 às 9:30h**, em sua sede localizada na Praça Izidoro Binda, nº 138, Bairro Vila Nova, Colatina-ES, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para compra conjunta dos consorciados do Cisabes, objetivando o **Registro de Preços para a contratação fracionada total ou parcial**, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/00 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, bem como as demais exigências deste edital e demais legislações porventura aplicáveis, notadamente a Resolução nº 057/2016, do CISABES, que trata do Sistema de Registro de Preços.

Para a prestação de esclarecimentos acerca deste edital, os interessados poderão entrar em contato com o Departamento de Licitação, no telefone (27) 3722-0366, exclusivamente no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, preferencialmente às quintas-feiras.

Os esclarecimentos serão prestados até o segundo dia útil anterior à data prevista para o processamento do certame, salientando-se que não serão conhecidos ou processados esclarecimentos verbais ou escritos dirigidos ao Pregoeiro após o segundo dia útil anterior à data prevista para o processamento do certame ou fora dos horários previstos acima.

Os protocolos dos envelopes de proposta e de documentação de habilitação serão realizados no próprio ato do processamento da licitação, no dia e horário acima indicado, findando-se os protocolos e credenciamentos dos licitantes até o protocolo e credenciamento de todos os licitantes.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do pregão o **Registro de Preços para aquisição de produtos químicos** a ser utilizado pelos SAAEs consorciados ao CISABES, podendo ou não atingir a totalidade licitada ou ainda ultrapassá-la, **conforme especificações descritas no anexo I que é parte integrante do presente edital**.

1.2. O registro de preços terá validade por um ano, contado da data da publicação da Ata de Registro de Preços.

1.3. A validade do registro de preços não prejudicará contrato firmado para término após o período de validade, observado o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4. Quanto à execução contratual haverá ou não a aquisição, em quaisquer quantidades.

1.5. O Pregoeiro, fundamentadamente, no âmbito das funções que lhe são inerentes, poderá não aceitar propostas de preços dos licitantes cujos valores sejam manifestamente excessivos em relação aos preços de mercado.

1.6. No que tange às propostas, serão classificadas as que observarem estritamente as especificações completas contidas no anexo a este edital e que observarem os limites máximos de preços estabelecidos para cada um dos itens em que concorrerem.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

1.7. Os licitantes interessados devem tomar como base para a confecção de suas propostas a relação de produtos anexa a este edital, haja vista que qualquer incompatibilidade da proposta com a descrição das características de determinado bem ocasionará a desclassificação da proposta.

1.8. O presente edital será disponibilizado via física ou eletrônica.

1.9 Os preços deverão ter, no máximo, duas casas decimais após a vírgula; caso o desconto ofertado importe em mais que duas casas decimais após a vírgula, estas passarão por um processo de arredondamento.

1.10 Fica expressamente prevista a possibilidade de que os próprios consorciados ao CISABES (autarquias e administrações diretas) ou outras entidades possam realizar contratações dos produtos licitados e constantes na Ata de Registro de Preços, por meio das respectivas adesões (procedimento “carona”), nos termos da Resolução nº 057/2016, do CISABES, ficando expressamente esclarecidos os pontos a seguir a respeito do procedimento, visando evitar dúvidas futuras para os órgãos interessados e para os fornecedores:

Esclarece-se que a questão referente à observância à estrita legalidade que rege a Administração Pública está devidamente pautada, no caso das adesões no âmbito do CISABES, em decorrência do §3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, pela Resolução nº 057/2016 (o CISABES, como qualquer consórcio público, não emite decretos, mas sim resoluções), de modo que, para o Consórcio, não se aplicam as disposições do Decreto Federal nº 7.892/13, o qual, segundo seu art. 1º, aplica-se “às contratações de serviços e à aquisição de bens (...) no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União”.

Sendo assim, a invocação ao decreto federal como vedação ao fornecimento do objeto por parte de fornecedores está dissonante da legalidade aplicável ao caso.

Prosseguindo, observando o disposto na Resolução nº 057/2016, do CISABES, constata-se que “para efeitos de aproveitamento da Ata de Registro de Preços” (§3º do art. 1º), ficam considerados como órgãos participantes “todos os consorciados ao consórcio” e “demais órgãos públicos estaduais e municipais do Estado do Espírito Santo” (inciso I e inciso II do §3º do art. 1º da resolução).

Diante disso, se determinada autarquia consorciada ou administração direta consorciada do CISABES solicitou, já no início da licitação, determinado produto e determinada quantidade de produto, ela será considerada participante originária, e não órgão participante, tendo direito a ser atendida pelo fornecedor naquele produto e naquela quantidade.

Contudo, se determinada autarquia ou administração direta não solicitou desde o início determinado produto ou solicitou o produto em determinada quantidade e precisa de mais quantidade, será considerada órgão participante para adesão na ata se quiser o produto que não solicitou ou se quiser quantidade maior de produto, de acordo com o disposto no inciso I do §3º do art. 1º da resolução referida.

Assim, a autarquia ou administração direta que não solicitou inicialmente o produto, ou que quer maiores quantidades de produtos solicitados desde o início por si, na sua adesão, ficará limitada à aquisição de, no máximo, 100% do quantitativo geral de cada



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

item registrado (somando-se toda a quantidade solicitada por todas as autarquias na licitação), nos termos do §1º do art. 21 da Resolução nº 057/2016.

A quantidade máxima de adesão de produtos, independentemente do número de adesões, será de 5 vezes do quantitativo geral de cada item registrado (somando-se toda a quantidade solicitada por todas as autarquias na licitação); esse quantitativo de 5 vezes refere-se à quantidade de adesões, e não à quantidade de adesões somada à quantidade inicialmente solicitada.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

a) empresas que não atenderem às condições deste Edital;

b) empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da Administração Indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o CISABES, União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da Administração Indireta;

c) empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

d) pessoas jurídicas das quais participem, a qualquer título, dirigentes ou servidores de qualquer SAAE consorciado ao CISABES.

2.3. Fica expressamente esclarecido que neste certame, nos itens com valores até R\$ 80 mil, não haverá a aplicação do privilégio de que trata o art. 48, caput, I da LC 123 (participação exclusiva de MEs e EPPs), e nem do privilégio previsto no art. 48, caput, III da mesma lei complementar (cota de até 25% para a aquisição de bens de natureza divisível) diante do fato de que não foram cumpridos os requisitos previstos nos incisos II e III do art. 49 da mesma lei complementar federal, cuja apuração foi regulamentemente verificada na fase interna do certame por meio da aplicação da Resolução nº 124, de 15 de agosto de 2019, deste Consórcio.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, sendo que em caso de impugnação, esta deverá ser protocolada na sede do CISABES cabendo ao Pregoeiro decidir sobre o requerimento no prazo de 24 horas.

3.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O interessado ou seu procurador deverá apresentar-se, perante o Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar do procedimento licitatório, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará na impossibilidade de interveniência nas fases do procedimento licitatório, inclusive formulação de lances.

4.4. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal da empresa (sócio), o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (com cópias autenticadas ou apresentação dos originais para conferência);

b) tratando-se de simples representante (outro representante que não seja o representante legal da empresa, ou seja, agente credenciado), deve ser apresentado **CREDENCIAMENTO, com reconhecimento de firma por parte da empresa que o está firmando, NO QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame**, acompanhado do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou órgão competente, que comprove os poderes do mandante para a outorga (com cópias autenticadas ou apresentação dos originais para conferência).

4.5. O representante legal ou simples representante deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.6. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do Pregão; no caso de cópias, estas devem estar autenticadas por tabelião ou serem autenticadas pelo Pregoeiro ou membro da sua Equipe de Apoio.

4.7. A falta de apresentação, ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação da licitante no presente certame na etapa de lances verbais.

4.8. Em razão do fato de que o presente pregão é presencial, o não credenciamento de um representante de empresa licitante não impede sua participação no certame; no entanto, a falta de credenciamento o impossibilita de participar da etapa de lances verbais, podendo somente participar das sessões públicas de abertura dos envelopes.

4.9. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.10. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.11. O licitante poderá participar de todos, de alguns ou de apenas um item, ficando ciente de que, em hipótese alguma, a pretexto de agilidade nos serviços, haverá a inversão da ordem de itens para julgamento.

4.12. Salienta-se que será processada primeiramente a etapa competitiva de todos os itens, sem a abertura dos envelopes de habilitação item a item; após o encerramento da etapa competitiva de todos os itens, com a obtenção dos respectivos vencedores em todos os itens, haverá a abertura dos envelopes de habilitação das empresas vencedoras, sendo que se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o respectivo objeto.

5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, o Pregoeiro apregoará, em viva voz, a abertura do pregão e recolherá os documentos de credenciamento e declaração das empresas de que cumprem os requisitos do edital; após o recolhimento de todos esses documentos, não será admitida participação de qualquer outra empresa no certame.

5.2 Após o recolhimento dos documentos, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o Pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, após abertura da reunião, fará registrar em ata os nomes dos licitantes e verificará:

5.1.1. a conformidade da declaração, separada de qualquer envelope, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, conforme modelo constante no anexo próprio deste Edital;

5.1.2. a existência e regularidade de envelopes devidamente fechados, contendo a documentação exigida para Proposta de Preço (Envelope nº 1) e Habilitação (Envelope nº 2).

5.2. Os conjuntos de documentos relativos a Proposta de Preço e Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados (sugerindo-se **que não sejam utilizados** os de cor branca), rubricados em seu corpo e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

AO CISABES
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO PRESENCIAL 04/2019
LICITANTE: _____
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

AO CISABES
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO PRESENCIAL 04/2019
LICITANTE: _____
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

5.3. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial; no caso de cópias simples, devem estar acompanhadas dos originais para conferência, no curso da própria sessão, pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

5.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preços.

5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

5.6. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.7. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) indicado nos documentos da Proposta de Preços e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente fornecer o objeto da presente licitação, exceto em casos de documentos de habilitação de filiais que só são emitidos no CNPJ da matriz.

5.8. A não-entrega da declaração exigida no subitem 5.1.1 deste Edital implicará o não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

5.9. Após a confirmação verbal, pela empresa, quanto à proposta escrita, não mais caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope fechado, identificado como Envelope “A”.

6.2. A proposta para o item licitado deverá ser apresentada em uma via digitada, com a indicação dos preços unitários, bem como a marca respectiva, **com indicação do prazo de garantia, sendo o caso**, devidamente datada, rubricadas as suas folhas e assinada por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

a) designação do número desta licitação;

b) prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias, contado da data de abertura, sendo que, na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;

c) nome da empresa, CNPJ, nome do sócio administrador, endereço da empresa, telefone da empresa e e-mail de contato da empresa, e-mail esse que será o meio oficial de comunicação entre a Administração e a empresa.

6.3. Ao oferecer sua proposta, o licitante concorda expressamente que nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação; o CISABES não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;

6.4. A entrega do objeto ocorrerá no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação feita pela Administração no e-mail oficial da empresa, conforme especificado no ANEXO I que faz parte do edital, salientando-se que as quantidades mínimas a serem entregues são as constantes nesse anexo; a falta de entrega de qualquer um dos produtos solicitados acarretará a aplicação das penalidades previstas no edital.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

6.5. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.6. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das licitantes proponentes às condições deste edital.

6.7. Ficam vedadas:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

7. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”

7.1. Os licitantes deverão apresentar no Envelope “B” – “Documentos de Habilitação”, documentos que demonstrem atendimento às exigências indicadas neste item.

7.2. Serão aceitas as certidões, em original, obtidas pela *internet*, dentro do prazo de validade, sujeitando-as às verificações, caso necessário.

7.2.1. São exigidos quanto à habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores; quanto a esta exigência, observa-se que:

1) a apresentação de consolidação contratual substitui o contrato originário e todas as demais alterações anteriores, excetuando-se as posteriores à consolidação, as quais deverão ser apresentadas;

2) é necessária, caso não seja a via original, a autenticação, por cartório ou servidor, em todas as folhas do contrato social e alterações apresentados;

3) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5) será dispensada a apresentação, no Envelope “B”, caso a empresa já tenha apresentado o ato constitutivo, tal como constante neste item, na ocasião do credenciamento.

b) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo anexo;

c) declaração de idoneidade; e

d) declaração de fato superveniente.

7.2.2. São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista (observando-se que para as Certidões e/ou Declarações em que não esteja expresso o seu prazo de validade serão consideradas válidas as que forem emitidas no período de até 60 dias da data de abertura da presente licitação):

a) cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo ao domicílio ou a sede da licitante;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, salientando-se que na regularidade com a Fazenda Federal está inserida a regularidade junto à Seguridade Social;

d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, com validade.

7.2.2.1 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a licitante deverá comprovar, por meio de certidão da Junta Comercial, a comprovação de seu enquadramento emitida no período de até 60 (sessenta) dias da data de abertura da presente licitação, sendo que essa certidão deverá ser apresentada no ato do credenciamento; os Microempreendedores Individuais estão dispensados da apresentação da certidão da Junta Comercial pela sua própria condição.

7.2.2.2 Caso a licitante queira se valer dos benefícios do tratamento diferenciado conferido à microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar, **separadamente de qualquer envelope e logo no início do certame, declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido pela legislação, juntamente com a certidão da Junta Comercial para a comprovação de seu enquadramento;** caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente essa declaração ou não apresente a Certidão da Junta Comercial, não lhe será conferido o tratamento diferenciado, ainda que efetivamente seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.2.2.3 Assegura-se às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito desta licitação:

a) a apresentação de documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal mesmo que esta apresente alguma restrição;

b) o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a pedido, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora do certame (momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, caso a documentação de regularidade fiscal exigida nos editais contenha alguma restrição;

c) como critério de desempate, preferência de contratação, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.2.2.4 A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “b” do item 7.2.2.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2.2.5 Para efeito do disposto na alínea “c” do item 7.2.2.3, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; nesse caso, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da alínea “c” do item 7.2.2.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.2.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos na alínea “c” do item 7.2.2.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.2.2.7 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.2.2.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.2.2.8 O disposto nos itens 7.2.2.3 a 7.2.2.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.3 São exigidos como critérios de qualificação técnica:

7.3.1 Apresentação de documento comprovando possuir responsável técnico cadastrado junto ao CRQ(Conselho Regional de Química) e apresentar-se em dia com o referido conselho;

7.3.2 Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado indicando fornecimento dos produtos fornecidos a pessoas jurídicas de direito público ou privado compatíveis com o objeto desta licitação;

7.3.3 Apresentação da Licença de Operação-LO emitida pelo órgão de controle ambiental do estado sede da licitante.

7.5. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial; no caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, na própria sessão ou antes dela.

8. DA SESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou o representante simples proceder ao respectivo credenciamento, **comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lance)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, os representantes legais entregarão ao Pregoeiro, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (conforme anexo próprio) e, em envelopes separados, a proposta comercial e a documentação de habilitação.

8.3. O Pregoeiro procederá com a abertura dos envelopes “A” contendo as propostas comerciais, que deverão ser rubricadas por ela e membros da Equipe de Apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, classificando as propostas dos licitantes de menor



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

preço e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço para o objeto licitado.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, de modo a possibilitar a concorrência de três empresas para que os representantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

8.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes; os lances verbais serão feitos para o total do item até o encerramento do julgamento deste.

8.6. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de valor, em intervalos mínimos que serão fixados por ele.

8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes em relação ao valor total do item, sempre inferiores à proposta de menor preço.

8.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.11. Após o processamento da etapa competitiva de todos os itens, serão abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes classificados em primeiro lugar visando a confirmação das suas condições habilitatórias.

8.12. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.

8.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.14. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.15. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- b) apresentem valores superiores aos fixados nos anexos a este edital, ou manifestamente inexeqüíveis;
- c) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.16. Nas situações previstas nos itens 8.9, 8.10 e 8.14, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

8.17. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar ao Pregoeiro, **no prazo máximo de 48 horas após o encerramento deste Pregão, nova proposta escrita acompanhada de nova Planilha de Preços**, observando o disposto no item 6.2, em conformidade com o anexo deste Edital e de acordo com o correspondente item adjudicado.

8.18. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes que desejem assiná-la.

8.19. Não será motivo de desclassificação simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta que não causem prejuízo à Administração ou lesem direitos dos demais licitantes.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

9.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente, para homologação.

9.2. Após a adjudicação e homologação do resultado do certame licitatório, a Administração convocará o(s) vencedor(es) para assinar(em), na sede do CISABES, a Ata de Registro de Preços, no prazo de cinco dias contados do comunicado oficial; da mesma forma, uma vez assinada a ata, a Administração (SAAE) convocará o(s) vencedor(es) para assinar(em), na sede do SAAE consorciado, o contrato administrativo respectivo, no prazo de cinco dias contados do comunicado oficial; **salienta-se que o CISABES é responsável pela realização do procedimento licitatório e pela formalização da Ata de Registro de Preços junto aos fornecedores, de modo que a partir daí, sua responsabilidade cessa, ficando a cargo de cada SAAE convocar os fornecedores para a assinatura dos contratos ou documentos equivalentes, bem como fiscalizar as contratações, inclusive quanto às entregas e aplicações de penalidades.**

9.3. Se dentro do prazo o convocado não assinar a ata, o CISABES convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa àquele que der causa à revogação; o não pagamento da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação, incorrerá em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, conforme o artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

9.5. Os produtos deverão ser entregues, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos endereços descritos no Termo de Referência, à conta da licitante vencedora todos os custos respectivos, sendo que, tão logo sejam entregues, será emitido Termo de Recebimento Provisório; somente após as devidas conferências e aceitação é que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

9.6. A licitante vencedora será a única responsável pela qualidade dos objetos fornecidos.

9.7. O recebimento dos objetos encomendados não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada após a devida fiscalização e, em sendo o caso, após perícia e aprovação para uso.

9.8. A rejeição do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

9.9. Ocorrendo a rejeição do objeto, a licitante será notificada pela Administração para a retirada, dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis.

9.10. Os produtos a serem entregues deverão estar de acordo com as exigências do edital, e também com o Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

10. DAS SANÇÕES

10.1. A licitante convocada, dentro do prazo de validade da Ata, que se recusar injustificadamente a assinar o contrato, proceder à entrega após a devida comunicação do SAAE, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações legais. Também será aplicada a penalidade prevista neste item, por parte do CISABES, ao licitante que deixar de apresentar nova proposta escrita no prazo de 48 horas após a lavratura da ata do pregão, caso tenha havido redução dos preços comparativamente a proposta escrita inicial.

10.2. Fica definido que a licitante vencedora deverá entregar os produtos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação feita pela Administração (SAAE), conforme especificado no ANEXO I que faz parte do edital.

10.3. A falta de entrega de qualquer um dos produtos solicitados, no prazo e condições determinados, acarretará a aplicação das seguintes penalidades e procedimentos, **exclusivamente por parte do SAAE**:

a) falta de entrega de qualquer quantidade de qualquer produto solicitado: aplicação de primeira advertência automática à empresa, a qual será publicada no órgão de imprensa oficial do Município, sem prejuízo da obrigação de entrega;

b) persistência na falta de entrega de qualquer quantidade de qualquer produto licitado, após a aplicação da primeira advertência: rescisão unilateral do contrato administrativo, aplicação de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total dos produtos constantes na solicitação que não foi atendida e aplicação da declaração de inidoneidade; salienta-se que o não pagamento da multa sujeitará a inscrição em Dívida Ativa e envio para protesto.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta das dotações das autarquias consorciadas:

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento **será realizado em até 15(quinze) dias após a entrega dos produtos**, mediante a apresentação da competente nota fiscal e aceite dos produtos.

12.2. Com o intuito de garantir a plena preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços registrados ou contratada pela Administração e a remuneração correspondente recebida pelo objeto licitado, fica assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes na Ata de Registro de Preços ou no contrato.

12.3. Para efeitos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa com preços registrados ou contratada pela Administração, fica definido que será preservado o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráter final, pela empresa.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

12.4. Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia do equilíbrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculadas, capazes de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual.

12.5. Será deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro.

12.6. A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e irrefutável, que houve o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração poderá recusar o pleito formulado mediante a ausência dos pressupostos necessários para o deferimento, dentre eles:

I – ausência de elevação dos encargos da empresa;

II – ocorrência do evento causador do desequilíbrio antes da formulação da proposta;

III – ausência de vínculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilíbrio e a majoração dos encargos da empresa com preços registrados ou contratados;

IV – culpa exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindo-se a previsibilidade da ocorrência dos eventos ensejadores.

12.7. Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou contratado caso a Administração verifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

13.1. O objeto só será recebido depois das verificações pelo setor competente **da Autarquia**, por meio de vistoria e termo de recebimento, **sendo que a** empresa vencedora deverá entregar os produtos solicitados nos prazos previstos, fluindo-se o prazo de entrega a partir da assinatura do contrato e emissão de ordem de fornecimento.

13.2. No caso de rejeição, o licitante deverá providenciar a imediata troca, dentro do prazo de cinco dias corridos, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no subitem 10.2, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca; nesse caso, a Autarquia não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causado ao objeto entregue e rejeitado pelo setor competente.

14. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

14.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

14.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.

14.3 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de recorrer, quando então lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

contrarrrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3. A petição poderá ser feita na sessão, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

15.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

15.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

15.6. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será notificado para entrega os equipamentos no prazo definido neste edital.

16. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo Pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei Federal nº 8.666/93.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.2. Reserva-se ao Pregoeiro a aos membros da Equipe de Apoio o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

17.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a data da abertura desta licitação;

b) alterada qualquer condição do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

17.4. Não se permitirá a qualquer dos licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega e confirmação.

17.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de Pregão.

17.6 O transporte dos produtos deverá obedecer à legislação vigente no que toca ao transporte de cargas perigosas, uma vez que correrá por conta do Licitante vencedor qualquer responsabilidade civil no caso de acidentes.

17.7 Para a descarga dos produtos químicos no almoxarifado ou local indicado pelos consorciados, os responsáveis pelo descarregamento deverão estar portados de EPI's (equipamentos de proteção individual) para a realização da atividade.

17.7.1 Os EPI's utilizados devem ser definidos de acordo com a especificação de segurança de cada produto.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

17.7.2 Os EPI's para a manobra de descarregamento dos produtos deverão ser fornecidos pela contratada.

17.7.3 A manobra de descarregamento no quesito segurança será fiscalizada pela Autarquia Consorciada, podendo questionar e paralisar o serviço de entrega.

17.8 **Deverão ser fornecidos junto com a entrega dos produtos químicos:**

- a) Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ);
- b) Certificado de qualidade ou laudo do fabricante que ateste as características físico-químicas das matérias-primas;
- c) Certificado de qualidade do fabricante ou ficha de especificação Técnica que ateste as características físico-químicas do produto;
- d) Ficha de emergência conforme NBR 7.503/08 ou 7.503/05;
- e) Laudos de atendimento aos requisitos de saúde – LARS, em papel timbrado do laboratório, conforme modelo de Documento Aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III, do artigo 13 e ao § 5º, do artigo 39 da Portaria 2614/2011, disponível no site <http://www.abes-dn.org.br/ctqpc/>.
- f) Informação da Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico. A DMU informada deve ser igual ou maior que a Dosagem Máxima de Uso de interesse (DMU). **(Atendimento aos requisitos especificados na NBR 15.784)**

g) Relatório de Estudos realizados, contendo todos os analíticos químicos específicos pertinentes que estão relacionados nas Tabelas 1 a 4, bem como outros dependentes da formulação do produto, do processo de fabricação e das matérias-primas empregadas, conforme estabelecido na NBR 15.784, em especial no item 5.7(5.8 na NBR revisada). O relatório deverá ainda conter o cálculo da CIPA e as conclusões referentes à aprovação do produto, de acordo com o que preconiza esta Norma e conforme conteúdo mínimo definido na NIT – DICLA – 035. O prazo de validade desses estudos será de no máximo 02(dois) anos.

Nota1: O produto químico será aprovado quando a Concentração de Impureza Padronizada na Água para Consumo Humano (CIPA) for menor ou igual à Concentração de Impureza Permissível por Produto (CIPP), ou seja, $CIPA \leq CIPP$ para cada uma das impurezas analisadas.

h) **Comprovação de Baixo Risco a Saúde pelo uso do produto químico no tratamento de água para consumo humano – CBRS (Anexo II):** elaborado para atender ao disposto no Art. 39, parágrafo 5º da Portaria de Potabilidade. O CBRS deve ser assinado pelo Responsável Técnico da Empresa Fornecedora do Produto Químico e tem como objetivo comprovar que o produto químico utilizado não oferece riscos à saúde humana. O CBRS deve ser elaborado para cada produto químico utilizado no tratamento da água.

i) Com relação ao produto: **ORTOPOLIFOSFATO DE SÓDIO**, deverão ser apresentados os seguintes laudos: Toxidade –

1) Laudo do Órgão Oficial de reconhecida capacidade técnica, onde ateste: Que o produto não é tóxico à dosagem de 10 ppm, comprovado através de análises de toxicidade; Apresentar também mínimo de 01 atestado de DL 50 oral, DL 50 dermal e mutagenicidade. (micronúcleo e Ames); Estudo Subcrônico de 90 dias (via oral);



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

2) A empresa deverá atender as seguintes normas da ABNT NBR 15007-1/2/3:
NBR 15007-1 – Item 4.7 – Determinação da atoxidade do produto.
NBR 15007-2 – Item 4 – Radioatividade;
NBR 15007-3 – Anexo L – Determinação do nível de contaminantes inorgânicos do Produto.

17.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Caso não seja possível a conclusão dos trabalhos no mesmo dia, o Pregoeiro designará nova data e horário para a continuidade dos trabalhos, sem que isso gere qualquer indenização aos licitantes.

Colatina-ES, 21 de setembro de 2019.

Dinomar Corrêa Filho
Pregoeiro



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO I

RELAÇÃO COMPLETA DE PRODUTOS

PLANILHA EM ANEXO



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO II

Pregão nº 04/2019

DECLARAÇÃO

(Razão Social do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo)____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Colatina, ____ de _____ de .

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO III

Pregão nº 04/2019

DECLARAÇÃO

(Razão Social do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____(endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no presente edital.

Colatina, ____ de _____ de .

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)

Observação: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO IV

Pregão nº 04/2019

CRENCIAMENTO

(Razão Social do licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), CREDENCIA, sob as penas da lei, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, para representá-la em todos os atos do pregão acima referido, conferindo-lhe totais poderes para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Colatina, ____ de _____ de .

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)

Observação: Este documento deverá ser entregue no ato do credenciamento



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO V

Pregão nº Pregão nº 04/2019

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Razão Social do licitante) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que **cumpr**e os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido pela legislação

Colatina, ____ de _____ de .

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)

Observação: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO VI

Pregão nº 004/2019

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial nº 04/2019, instaurado por esse órgão, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e que não sofremos qualquer tipo de penalidade licitatória ou contratual de nenhum órgão público da Administração Pública brasileira, seja em nível Federal, Estadual ou Municipal.

Colatina, ____ de _____ de _____.

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO VII

Pregão nº 04/2019

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE

Declaramos para os fins de direito, e sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão nº 04/2019, instaurado por esse órgão, que entre a data de abertura do envelope contendo a documentação de habilitação e o prazo final de vigência do contrato administrativo porventura firmado, caso esta empresa seja considerada vencedora, manteremos todas as condições de habilitação exigidas no edital acima referido, exceto em casos de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, sem a presença, portanto, de qualquer dolo ou culpa.

Colatina, ____ de _____ de _____ .

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO VIII

Pregão nº 04/2019

**DECLARAÇÃO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL E DE CONCORDÂNCIA COM
PROCEDIMENTOS DE PENALIDADES**

DECLARAÇÃO

Por meio desta, CONCORDAMOS EXPRESSAMENTE que toda a comunicação oficial entre esta empresa e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Espírito Santo e/ou com as autarquias contratantes será feita pelo e-mail (...), sendo que todos os e-mails encaminhados pelo Consórcio ao e-mail da empresa serão, desde já, considerados como recebidos e lidos, salientando-se que o recebimento e leitura ocorrerá apenas em dias úteis, ficando excetuados apenas os feriados nacionais.

Caso seja alterado o e-mail desta empresa, a alteração só terá validade junto ao Consórcio após a comunicação oficial a esta.

DECLARAMOS concordar expressamente com os procedimentos de aplicação de penalidades previsto no Edital do Pregão acima referido, renunciando expressamente a outras formalidades, ficando ciente das penalidades previstas.

Colatina, ____ de _____ de ____ .

(Nome e assinatura do Declarante, inclusive com a indicação da razão social e CNPJ)



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

ANEXO IX

Pregão nº 04/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO

Tomando como nascedouro a necessidade de aquisição de produtos químicos, elaboramos o presente Termo de Referência para a aquisição desses produtos para uso pelos SAAEs consorciados ao CISABES pelo período de 12(doze) meses.

O Termo de Referência visa esclarecer e direcionar os procedimentos essenciais para o Pregoeiro e Equipe de Apoio elaborar o ato convocatório e a formalização do processo administrativo de licitação. No Termo de Referência, o solicitante apresenta sugestões básicas sobre os procedimentos administrativos mais comuns nas licitações públicas. O atendimento aos requisitos estabelecidos no Termos de Referência evitará equívocos nas compras e contratações futuras, bem como a obediência aos ditames da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

As sugestões e solicitações constantes do Termo de Referência são de responsabilidade do requisitante. Portanto, o não acatamento por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio na elaboração do ato convocatório, poderá não atender plenamente o objeto pretendido.

OBJETO

Constitui objeto dessa solicitação a aquisição de PRODUTOS QUÍMICOS com seus respectivos quantitativos, como se segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	TOTAL
1	CLORO LÍQUIDO TIPO CLORO GÁS. CL2 PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, Composição: Teor de cloro ativo mínimo 99,0% CL2 Fornecido em cilindros com capacidade para 50/68 kg.	Kg	5.000
2	SULFATO DE ALUMÍNIO FERROSO GRANULADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA Formula: $AL_2(SO_4)_3 \cdot 14 H_2O$ Teor mínimo de al_2o_3 : 14% Teor máximo de fe_2o_3 : 2,5% Teor máximo de acidez livre (5 em massa com h_2so_4): 0,5% Teor máximo de alcalinidade livre ($%al_2o_3$): 0,4% Teor máximo de insolúveis (% em massa: 6%) Solubilidade (25°): 53% Embalado em saco com 25kg.	Kg	404.300
3	SULFATO DE ALUMINIO FERROSO LIQUIDO - Formula Química: $AL_2(SO_4)_3 \cdot 14H_2O$, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA Composição Teor mínimo em AL_2O_3 – 7,5%; Teor máximo de Fe_2O_3 – 1,2%; Teor máximo acidez livre (% em massa com H_2O_4) – 0,5% Teor máximo de alcalinidade livre (% em massa como AL_2O_3) – 0,2% ; Teor máxima de insolúveis (% em massa) – 0,1% Características Físicas: Densidade – 1,32 +/- 0,01; Cor – marrom claro; Líquido – marrom claro A empresa Licitante deverá atender as seguintes normas da ABNT NBR: Sulfato de alumínio NBR 11176 – EB 2005;	Litro	135.000



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

4	<p>FLUOSSILICATO DE SÓDIO - Formula química Na₂SiF₆, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, embalagem de 25kg. Formula - Na₂SiF₆ Composição do Produto:</p> <p>Pureza mínima98%</p> <p>Teor do flúor mínimo.....59,4%</p> <p>Umidade máxima.....0,5%</p> <p>Insolúveis máximo.....0,5%</p> <p>Características físicas:</p> <p>Aspecto: pó branco brilhante cristalino Granulometria passante:</p> <p>Malha 80 Malha 32525% máximo</p> <p>Malha - 100%</p> <p>Embalagem de 25 kg.</p>	Kg	47.800
5	<p>CAL HIDRATA. Ca(OH)₂, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA - CaO Total mínimo 67%; MgO total máximo 3,0%, Ca(OH)₂ mínimo 89%, Umidade máximo 2,0%</p> <p>Embalagem em saco com 20kg.</p>	Kg	83.700
6	<p>HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR +- 10% DE CLORO ATIVO, MÍNIMO 10 A 15% CL₂ - Formula química NaOCL.</p> <p>Cor:amarelo esverdeado</p> <p>Aspecto: líquido e isento de material em suspensão.</p> <p>Alcalinidade residual: mínima 5g/l, máxima 10g/l</p> <p>Embalagem em bombonas</p>	Kg	127.710
7	<p>BARRILHA LEVE -Carbonato de Sódio - Fórmula química Na₂CO₃</p> <p>Composição:</p> <p>Teor mínimo de Na₂CO₃ – 99,00%; Teor máximo de NaCL – 0,30%</p> <p>Teor máximo de Na₂SO₄. – 0,035%; Teor máximo de Fe₂O₃ – 0,0045%</p> <p>Teor máximo de insolúveis – 0,045%</p> <p>Características Físicas:</p> <p>Cor – branca; Forma – pó; Aspecto – Pó branco brilhante cristalino; Embalagem com 25 Kg</p>	Kg	13.000
8	<p>HIPOCLORITO DE CÁLCIO PASTILHAS DE 60mm, Peso médio 120 a 230 grs.,</p> <p>Formula química: Ca(ClO)₂,</p> <p>Informativo Técnico:</p> <p>mínimo de hipoclorito de cálcio..... 65%</p> <p>máximo de inertes..... 35%</p> <p>Insolúveis máximo de 10%</p> <p>Características Físicas:</p> <p>Cor:.....branco</p> <p>Embalagem em tambores plásticos de 40 ou 45 kg.</p>	Kg	1.200
9	<p>HIPOCLORITO DE CÁLCIO GRANULADO, Cloro ativo mínimo 65% em massa de Cl₂.</p> <p>Embalagem com 40 ou 45 kgs.</p>	Kg	26.350
10	<p>ORTOPOLIFOSFATO DE SÓDIO, base líquida, líquido transparente, sem partículas em suspensão; totalmente solúvel em água; isento de substâncias que possam causar efeito tóxico ao consumo humano, tendo como referência a dosagem máxima de 10MG/Lacondicionamento em bobonas plásticas 20 lts. E 50 lts., contendo as informações conforme item 7.2 3 7.3 da NBR 15007-2, normas de referência NBR 15.007, NBR 15.784; PH 5,0 +/-0,5; concentração 50 a 55% PP; densidade 1,55 MG/cm³; Fósforo total mínimo (P₂₀₅); Fósforo reativo 20 a 25%; Fósforo hisrolisável 90 a 90%; sódio 20 a 25%.</p>	Litro	600
11	<p>CLORETO DE SÓDIO TIPO 1 (SAL GROSSO MOIDO) destinado a produção de cloro para tratamento de água, embalado em sacos de 25kg. Com as seguintes características: nome do produto: sal moído (cloreto de sódio), formula química NaCl, peso molecular: 58,54. aparência e odor branco inodoro, sabor</p>	Kg	213.675



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

	característico, ponto de ebulição 1413° C, pH Solução aquosa a 10% 6-7, concentração Na C1 (base seca) mínimo 99% , cálcio : máximo 0,07% , Magnésio: máximo 0,05% sulfato: máximo de 0,20%, insolúveis: máximo de 0,10%, unidade: máximo de 2% , peso específico a 25° C- 1,20 g/cm ³ , nº ONU: produto não classificado como perigoso. validade do produto: 02 anos, antiuicetante		
12	Polímero orgânico-catiônico de baixo peso meolecular , de origem essencialmente vegetal, PARA TRATAMENTO DE ÁGUA com a seguinte composição e características físico-químicas: Líquido max.50, viscosidade(s, 25 ° Copo Ford nº 4), sólidos totais 30 a 34%, pH(xarope) 1,3-2,3.	Kg	5.500
13	Sulfato cloreto de alumínio e ferro líquido) com as seguintes especificações: fórmula química: FeCl 3-F2 (SO4)). • Teor mínimo em R203 (AL203)=9,0% -Teor máximo de acidez livre: (% em massa com H2SO4) 0,5% - Teor máximo de insolúveis: (% em massa) = 0,1%, Características físicas: Densidade= 1,26 a 1,36 - Relação Fe203+AL 203= 1:1 - Cor marrom escuro	Litro	580.000
14	SULFATO DE ALUMÍNIO ISENTO DE FERRO GRANULADO PARA TRATAMENTO DE ÁGUA - Embalado em saco com 25kg.	Kg	14.000
15	Acido Cítrico Anidro sc/ 25kg IMP	Kg	150
16	Acido Oxalico INDL. sc/ 1kg IMP	Kg	50
17	Policloreto de Alumínio (PAC 18%) em container. O Policloreto de Alumínio conhecido comercialmente como PAC, tem o aspecto líquido viscoso acastanhado e odor característico.	Kg	28.000
OBS: I) - A empresa vencedora do Item 01(CLORO LIQUIDO TIPO CLORO GÁS) deverá fornecer aos CONSORCIADOS , o produto acondicionado em cilindros de sua propriedade, com capacidade 50/68 kgs, SEM CUSTO ADICIONAL. II) - A empresa vencedora do Item 06 [HIPOCLORITO DE SÓDIO]; deverá fornecer aos CONSORCIADOS, Bombonas com capacidade 35/40 litros em forma de comodato, com recolhimento das bombonas vazias, SEM CUSTO ADICIONAL.			

JUSTIFICATIVA

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Espírito Santo – CISABES possui, dentre seus objetivos, a realização de compras compartilhadas para seus consorciados, os quais utilizam produtos químicos em suas atividades cotidianas, em larga escala, necessitando, assim, adquirir no mercado produtos para suprirem suas demandas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A legislação básica a ser definida como fundamentação legal para a realização do procedimento licitatório em questão é a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

A modalidade de licitação sugerida nesta contratação é o Pregão Presencial para registro de preço, na modalidade menor preço por Item, nos termos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar desta licitação empresas declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e que não tem a sua idoneidade restabelecida; com falência decretada; em consórcio.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Considerando a compra coletiva realizada pelo CISABES e executada pelos Consorciados, é dispensada a informação de existência de dotação orçamentária pelo Consórcio, sendo esta exigida apenas quando da realização das compras.

LOCAL DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues sempre que solicitados através de ordem de fornecimento, no prazo de até 30(trinta) dias contados do recebimento da solicitação, expedida pelos SAAEs Consorciados, nos seguintes endereços, sem a cobrança de frete.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE AIMORÉS-MG

LOCAL DE ENTREGA: R. José Pego Sobrinho, 199, B. Igreja Aimorés-MG 35.200-000.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALFREDO CHAVES-ES

LOCAL DE ENTREGA: R: Expedicionário Oswaldo Saudino, 149, Ed. Paganini, Bairro Ouro Branco, Alfredo Chaves-ES.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAIXO GUANDU-ES

LOCAL DE ENTREGA: R: Alvaro Rodrigues da Mattam Sapucaia Baixo Guandu ES,

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR LINDEMBERG-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua São José, Centro - Governador Lindenberg-ES.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GUAÇUÍ

LOCAL DE ENTREGA: Av Agenor Luiz Thomé, s/n, Parque de Exposição

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IBIRAÇU-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Daniel Comboni, s/nº, centro, IBIRACÚ-ES 29670-000.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ICONHA

LOCAL DE ENTREGA: R. Francisco Anholete, 47 - Morro do Paraíso

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAGUAÇU-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Cel. Marcondes de Souza, nº 228, Itaguaçu-ES.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JERÔNIMO MONTEIRO

LOCAL DE ENTREGA: Av Dr José Farah, 438, Centro

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITARANA -ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Luiz Estevão Colnago, 65, Centro, Itarana-ES.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARE-ES

LOCAL DE ENTREGA: R. Pascoal Brioschi, 405, Jaguaré - ES, 29950-000

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO NEIVA-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua DevensGuasti, s/nº, Bairro de Fátima, João Neiva-ES.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARILÂNDIA-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Ettore Milaneze, s/nº - Centro - Marilândia-ES.

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIMOSO DO SUL- ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Nominato Paiva, s/nº, B. Funil, Mimoso do Sul-ES



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO BANANAL-ES

LOCAL DE ENTREGA: Ladeira Bela Vista, nº188, Santo Antônio, Rio Bananal-ES

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Projetada,s/nº, B. Caixa d'água, São Domingos do Norte-ES

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO MATEUS/ES

Avenida José Tozi, Boa Vista. Ao lado do Pronto Socorro Municipal e do Posto Schueng do Boa Vista

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SOORETAMA-ES

LOCAL DE ENTREGA: Rua Henrique Alves Paixão, nº 416, Centro, Sooretama

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM ALTA - ES

LOCAL DE ENTREGA: Rodovia Geraldo Sartório, Km 01, Centro, Vargem Alta-ES

DA VIGÊNCIA DA ATA

A Ata para Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, sendo permitida a utilização pelos próprios consorciados ao CISABES e por demais órgãos, na condição de adesão, nos termos da Resolução nº 057/2016 do CISABES.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, com prazo de pagamento até 15(quinze) dias, após a efetiva entrega do produto e da respectiva nota fiscal, na qual deverá constar o número do processo e sua modalidade.

DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Caso o Compromissário Fornecedor inexecute total ou parcialmente o compromisso de fornecimento poderá sofrer as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor dos produtos;
- c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitando o disposto no artigo 87, IV, da lei 8.666/93, entre outras que a Comissão achar necessárias.

Colatina-ES, 05 de setembro de 2019.

Dinomar Corrêa Filho
Pregoeiro



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

- Lei 8.666, Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Pregão nº 04/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº (.....)/

Pelo presente contrato administrativo, de um lado o(CONSORCIADO), inscrito no CNPJ sob o nº, com sua sede localizada, neste ato representado por, portador do RG nº (.....) e inscrito no CPF sob o nº (.....), doravante denominado contratante e a Empresa (.....), pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº (.....), com sede na (.....), no Município de (.....), Estado de(.....), CEP (.....), neste ato representada pelo sócio (.....), portador do RG nº (.....) (SSP/.....), inscrito no CPF sob o nº (.....), doravante denominada contratada, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da licitação pela modalidade de pregão, autuada sob o nº 004/2019, as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO CONTRATUAL

Constitui objeto deste contrato o fornecimento **de produtos químicos, conforme abaixo:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR CONTRATUAL

Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ (.....).



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

CLÁUSULA TERCEIRA **DA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO**

A entrega dos produtos ocorrerá no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a solicitação feita pela Administração, conforme especificado no ANEXO I que faz parte do edital, salientando-se que serão solicitados em quaisquer quantidades no decorrer da vigência do contrato.

A verificação da entrega do objeto, com a emissão dos respectivos termos de recebimento, ficará a cargo do setor de Administração, podendo haver a substituição desse agente a critério do órgão fiscalizador; os termos de recebimento provisório serão emitidos em até 15 (quinze) dias contados do recebimento, sendo que os termos de recebimento definitivo serão emitidos em até 30 (trinta) dias contados do recebimento,

§1º A contratada será a única responsável pela qualidade do objeto fornecido.

§2º A entrega dos produtos não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada após a devida fiscalização pelo contratante.

§3º Ocorrendo a entrega deficiente, a contratada será notificada pelo contratante para as correções cabíveis.

§4º O fornecimento deverá estar de acordo com as exigências do edital, e também do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o art. 18 do referido diploma legal.

O transporte dos produtos deverá obedecer à legislação vigente no que toca ao transporte de cargas perigosas, uma vez que correrá por conta do Licitante vencedor qualquer responsabilidade civil no caso de acidentes.

Para a descarga dos produtos químicos no almoxarifado ou local indicado pelos consorciados, os responsáveis pelo descarregamento deverão estar portados de EPI's (equipamentos de proteção individual) para a realização da atividade.

Deverão ser fornecidos junto com a entrega dos produtos químicos:

- a) Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ);
- b) Certificado de qualidade ou laudo do fabricante que ateste as características físico-químicas das matérias-primas;
- c) Certificado de qualidade do fabricante ou ficha de especificação Técnica que ateste as características físico-químicas do produto;
- d) Ficha de emergência conforme NBR 7.503/08 ou 7.503/05;
- e) Laudos de atendimento aos requisitos de saúde – LARS, em papel timbrado do laboratório, conforme modelo de Documento Aprovado pelo Ministério da Saúde em 17/07/2013 para atendimento a alínea b, do inciso III, do artigo 13 e ao § 5º, do artigo 39 da Portaria 2614/2011, disponível no site <http://www.abes-dn.org.br/ctqpg/>.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

f) Informação da Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico. A DMU informada deve ser igual ou maior que a Dosagem Máxima de Uso de interesse (DMU). **(Atendimento aos requisitos especificados na NBR 15.784)**

g) Relatório de Estudos realizados, contendo todos os analíticos químicos específicos pertinentes que estão relacionados nas Tabelas 1 a 4, bem como outros dependentes da formulação do produto, do processo de fabricação e das matérias-primas empregadas, conforme estabelecido na NBR 15.784, em especial no item 5.7(5.8 na NBR revisada). O relatório deverá ainda conter o cálculo da CIPA e as conclusões referentes à aprovação do produto, de acordo com o que preconiza esta Norma e conforme conteúdo mínimo definido na NIT – DICLA – 035. O prazo de validade desses estudos será de no máximo 02(dois) anos.

Nota1: *O produto químico será aprovado quando a Concentração de Impureza Padronizada na Água para Consumo Humano (CIPA) for menor ou igual à Concentração de Impureza Permissível por Produto (CIPP), ou seja, $CIPA \leq CIPP$ para cada uma das impurezas analisadas.*

h) **Comprovação de Baixo Risco a Saúde pelo uso do produto químico no tratamento de água para consumo humano – CBRS (Anexo II):** elaborado para atender ao disposto no Art. 39, parágrafo 5º da Portaria de Potabilidade. O CBRS deve ser assinado pelo Responsável Técnico da Empresa Fornecedora do Produto Químico e tem como objetivo comprovar que o produto químico utilizado não oferece riscos à saúde humana. O CBRS deve ser elaborado para cada produto químico utilizado no tratamento da água.

i) Com relação ao produto: **ORTOPOLIFOSFATO DE SÓDIO**, deverão ser apresentados os seguintes laudos: Toxidade –

1) Laudo do Órgão Oficial de reconhecida capacidade técnica, onde ateste: Que o produto não é tóxico à dosagem de 10 ppm, comprovado através de análises de toxidade; Apresentar também mínimo de 01 atestado de DL 50 oral, DL 50 dermal e mutagenicidade. (micronúcleo e Ames); Estudo Subcrônico de 90 dias (via oral);

2) A empresa deverá atender as seguintes normas da ABNT NBR 15007-1/2/3:

NBR 15007-1 – Item 4.7 – Determinação da atoxidade do produto.

NBR 15007-2 – Item 4 – Radioatividade;

NBR 15007-3 – Anexo L – Determinação do nível de contaminantes inorgânicos do Produto.

CLÁUSULA QUARTA **DO PAGAMENTO**

O pagamento será feito da seguinte forma: **será feito até o 15º (décimo quinto) dia após o recebimento e aceite dos produtos**, sendo que poderá ser expedida a nota fiscal mesmo que o contratante não tenha emitido os termos de recebimento provisórios ou definitivos da entrega.

§1º Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento será de cinco dias a partir da sua reapresentação.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

§2º O pagamento onerará o orçamento do SAAE na seguinte dotação orçamentária:

XXXXXX
XXXXXX

§3º Vigorará, o presente contrato, até o dia XX de xxxxxx de xxxxxx.

CLÁUSULA QUINTA **DOS REAJUSTES**

Os valores estabelecidos neste contrato são fixos e irreajustáveis, com exceção da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculadas, capazes de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual, hipóteses nas quais será mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial contratado.

§1º Com o intuito de garantir a plena preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços registrados ou contratada pela Administração e a remuneração correspondente recebida pelo objeto licitado, fica assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes na Ata de Registro de Preços ou no contrato.

§2º Para efeitos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa com preços registrados ou contratada pela Administração, fica definido que será preservado o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráter final, pela empresa.

§3º Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia do equilíbrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculadas, capazes de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual.

§4º Será deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro.

§5º A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e irrefutável, que houve o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração poderá recusar o pleito formulado mediante a ausência dos pressupostos necessários para o deferimento, dentre eles:

I – ausência de elevação dos encargos da empresa;

II – ocorrência do evento causador do desequilíbrio antes da formulação da proposta;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

III – ausência de vínculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilíbrio e a majoração dos encargos da empresa com preços registrados ou contratados;

o contratado;

IV – culpa exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindo-se a previsibilidade da ocorrência dos eventos ensejadores.

§6º Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou contratado caso a Administração verifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA **DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES**

São obrigações:

1) por parte da contratada:

a) A Contratada será a única responsável pela qualidade dos objetos fornecidos. Os produtos a serem entregues deverão estar de acordo com as exigências do edital, bem como do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tomem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal.

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

c) Fornecer os EPI's para a manobra de descarregamento dos produtos químicos, e os mesmos devem ser definidos de acordo com a especificação de segurança de cada produto.

2) por parte do contratante:

a) promover o pagamento dos valores estabelecidos neste contrato.

b) fiscalizar a manobra de descarregamento no quesito segurança, podendo questionar e paralisar o serviço de entrega.

CLÁUSULA SÉTIMA **DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização contratual será exercida pelo contratante por meio do setor de compras, o qual poderá, junto ao representante legal da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, darão início a procedimento formal de rescisão unilateral e aplicação de penalidades contratuais.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA OITAVA **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Constituem motivo para a rescisão contratual:

1) de forma unilateral:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando o contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no fornecimento;
- e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao contratante;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
- i) a decretação de falência;
- j) a dissolução da sociedade;
- k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada que prejudique a execução do contrato;
- l) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

2) de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

§1º Constituem ainda motivos para a rescisão contratual:

1) a supressão do fornecimento, por parte do contratante, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

2) a suspensão de sua execução, por ordem escrita do contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

3) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo contratante decorrentes de serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

4) a não liberação, por parte do contratante, de local ou condições técnicas para o adequado fornecimento, nos prazos contratuais;

5) descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§2º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§3º A contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES

A falta de entrega de qualquer um dos produtos solicitados, no prazo e condições determinados, acarretará a aplicação das seguintes penalidades e procedimentos, **exclusivamente por parte do SAAE**:

a) falta de entrega de qualquer quantidade de qualquer produto solicitado: aplicação de primeira advertência automática à empresa, a qual será publicada no órgão de imprensa oficial do Município, sem prejuízo da obrigação de entrega;

b) persistência na falta de entrega de qualquer quantidade de qualquer produto lícitado, após a aplicação da primeira advertência: rescisão unilateral do contrato administrativo, aplicação de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total dos produtos constantes na solicitação que não foi atendida e aplicação da declaração de inidoneidade; salienta-se que o não pagamento da multa sujeitará a inscrição em Dívida Ativa e envio para protesto.



Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo

Parágrafo único. Salienta-se que a empresa que tiver sido advertida em qualquer momento da execução contratual ficará submetida à aplicação da rescisão unilateral do contrato caso deixe de entregar qualquer quantidade de qualquer produto solicitado em qualquer outro momento da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de xxxx (Sede do Consorciado), Estado do xxxx, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA PUBLICIDADE

Fica definido que será dada publicidade do presente contrato no órgão oficial do Município, em cumprimento ao disposto no artigo 61, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Cidade, xx de xxx de .

xxxxxxxx -Diretor
Serviço Autônomo De Água E Esgoto De xxxxx

Empresa